

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	29
1. Introdução ao direito administrativo	29
1.1. O Estado e as funções estatais	29
1.2. Governo e Administração Pública	32
1.3. Administração Pública	32
1.3.1. Conceito	33
1.3.2. Natureza e fim	35
1.4. Direito administrativo	35
1.4.1. Origem	35
1.4.2. Conceito	36
1.4.3. Fontes	36
1.5. Sistemas administrativos	39
2. Princípios da Administração Pública	40
2.1. Regime jurídico administrativo	40
2.1.1. Princípio da supremacia do interesse público	41
2.1.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público	43
2.1.3. Princípio da legalidade	44
2.1.4. Princípio da impessoalidade	45
2.1.5. Princípio da moralidade	46
2.1.6. Princípio da publicidade	49
2.1.6.1. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	50
2.1.6.2. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018): trata- mento de dados pessoais pelo Poder Público	50
2.1.7. Princípio da eficiência	52
2.1.7.1. Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital): princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência pública	54
2.1.8. Princípio da continuidade do serviço público	56
2.1.9. Princípio da autotutela	57
2.1.10. Princípio da tutela ou do controle	57
2.1.11. Princípio da especialidade	57
2.1.12. Princípio da presunção de legitimidade	57
2.1.13. Princípio do controle judicial dos atos administrativos	58
2.1.14. Princípio da segurança jurídica e princípio da proteção à confiança	58
2.1.15. Princípio da motivação	61
2.1.16. Princípio da razoabilidade	62
2.1.17. Princípio da hierarquia	64
3. Questões	66
3.1. Questões comentadas	66

3.2. Questões de concursos	71
4. Jurisprudência aplicável ao capítulo	74

CAPÍTULO II

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	75
1. Administração pública	75
1.1. Noções gerais	75
1.2. Concentração e desconcentração. Centralização e descentralização	77
1.3. Administração Direta	80
1.3.1. Órgãos públicos	82
1.3.1.1. Classificação dos órgãos públicos	84
1.3.1.2. Características dos órgãos públicos	85
1.4. Administração Indireta	87
1.4.1. Autarquia	92
1.4.1.1. Agência reguladora	95
1.4.2. Fundação Pública	104
1.4.3. Agência Executiva	107
1.4.3.1. Contrato de Desempenho	109
1.4.4. Empresa pública e sociedade de economia mista	111
1.4.4.1. Empresas estatais de menor porte	124
1.4.5. Consórcio Público	125
2. Terceiro setor: entidades paraestatais ou entes de cooperação	129
2.1. Organizações gestoras de fundos patrimoniais (Lei nº 13.800/2019)	135
2.2. Serviço Social Autônomo	137
2.3. Organização Social (OS)	138
2.4. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)	140
2.5. Entidade de Apoio	143
3. Questões	146
3.1. Questões objetivas comentadas	146
3.2. Questões objetivas de concursos	153
3.3. Questões dissertativas/estudos de caso	156
4. Jurisprudência aplicável ao capítulo	158

CAPÍTULO III

AGENTES PÚBLICOS	163
1. Noções gerais	163
1.1. Conceito	163
1.2. Classificação	164
1.2.1. Agente de fato	166
1.3. Cargo público, emprego público e função pública	167
1.4. Regimes Jurídicos Funcionais e o Regime Jurídico Único	168
1.4.1. Regime Jurídico Único	171
2. Disposições constitucionais	174
2.1. Ingresso	174
2.1.1. Concurso Público	177
2.1.1.1. Concurso público e reserva de vagas	184
2.1.2. Exceções à regra do concurso público	186

2.2. Sistema remuneratório	191
2.2.1. Fixação, alteração e revisão do subsídio e da remuneração	193
2.2.2. Limites remuneratórios	194
2.2.3. Outras disposições remuneratórias	198
2.3. Acumulação de cargos, empregos e funções públicas	200
2.3.1. Cargo, função ou emprego público x Cargo, função ou emprego público	200
2.3.1.1. Cargo, função ou emprego público x Mandato eletivo	203
2.3.2. Proventos x Cargo, função ou emprego público	204
2.3.3. Proventos x Proventos	205
2.4. Direitos sociais do servidor público	207
2.4.1. Direito de greve	209
2.5. Estabilidade	213
2.5.1. Estabilidade excepcional	216
2.5.2. Empregado público e a estabilidade do art. 41 da Constituição	217
2.6. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)	221
2.6.1. Características	222
2.6.2. Pensão por morte	227
2.6.3. Contribuição dos inativos	232
2.6.4. Valor dos proventos	235
2.6.5. Limite do regime geral de previdência no regime próprio	239
2.6.6. Aposentadoria	239
3. Questões	247
3.1. Questões objetivas comentadas	247
3.2. Questões objetivas de concurso	252
3.3. Questões dissertativas/estudos de caso	255
4. Jurisprudência aplicável ao capítulo	256
CAPÍTULO IV	
REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS (LEI Nº 8.112/90)	267
1. Introdução	267
2. Disposições Preliminares	268
3. Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição	268
3.1. Provimento	268
3.1.1. Nomeação	270
3.1.2. Posse e exercício	271
3.1.3. Estágio probatório	273
3.1.4. Formas de provimento derivado	274
3.1.4.1. Promoção	274
3.1.4.2. Readaptação	275
3.1.4.3. Reversão	276
3.1.4.4. Reintegração	277
3.1.4.5. Aproveitamento	278
3.1.4.6. Recondução	278
3.2. Vacância	279
3.3. Remoção e redistribuição	281
3.4. Substituição	282
4. Direitos e vantagens	282

4.1. Vencimento e remuneração	282
4.2. Vantagens	284
4.2.1. Indenizações.....	284
4.2.2. Gratificações e adicionais	286
4.3. Férias.....	288
4.4. Licenças e afastamentos	289
4.5. Concessões.....	296
4.6. Tempo de serviço	297
4.7. Direito de petição	299
5. Regime disciplinar.....	301
5.1. Deveres e proibições	301
5.2. Acumulação	303
5.3. Responsabilidades.....	303
5.4. Penalidades.....	304
6. Processo administrativo disciplinar	311
6.1. Sindicância.....	312
6.2. Processo administrativo disciplinar	314
6.2.1. Instauração	315
6.2.2. Inquérito administrativo.....	315
6.2.3. Julgamento	317
6.2.4. Rito sumário	319
6.2.5. Revisão do processo administrativo disciplinar.....	322
7. Seguridade social.....	322
7.1. Benefícios.....	323
7.1.1. Pensão por morte	324
7.2. Assistência à saúde	333
8. Questões	333
8.1. Questões objetivas comentadas.....	333
8.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado	341
8.3. Questões dissertativas/estudos de caso	343
9. Jurisprudência aplicável ao capítulo.....	347

CAPÍTULO V

CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO (LEI Nº 11.416/06)	349
1. Disposições gerais	349
2. Quadros de pessoal, carreiras, ingresso e desenvolvimento na carreira	350
3. Remuneração	355
4. Questões.....	357
4.1. Questões comentadas	357
4.2. Questões de concurso	359
4.3. Questão dissertativa/estudo de caso	361

CAPÍTULO VI

PODERES ADMINISTRATIVOS	363
1. Poderes e deveres do administrador	363
1.1. Deveres administrativos.....	364
1.1.1. Poder-dever de agir.....	364

1.1.2. Dever de eficiência	364
1.1.3. Dever de probidade	364
1.1.4. Dever de prestar contas	364
1.2. Poderes administrativos	365
1.2.1. Poder vinculado	365
1.2.2. Poder discricionário	365
1.2.3. Poder hierárquico	366
1.2.4. Poder disciplinar	368
1.2.5. Poder regulamentar	369
1.2.6. Poder de polícia	372
1.2.6.1. Conceito	372
1.2.6.2. Setores, manifestação, finalidade e fundamento	372
1.2.6.3. Polícia de segurança pública e polícia administrativa	373
1.2.6.4. Poder de polícia: sentido amplo e estrito; originário e delegado	374
1.2.6.5. Atributos ou características	377
1.2.6.6. Limites	378
1.2.6.7. Prescrição	378
2. Abuso de poder	379
3. Questões	381
3.1. Questões comentadas	381
3.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado	386
4. Jurisprudência aplicável ao capítulo	389

CAPÍTULO VII

ATO ADMINISTRATIVO	391
1. Introdução e conceito	391
1.1. Fato administrativo	391
1.2. Ato da Administração	393
1.3. Conceito de ato administrativo	394
2. Elementos ou requisitos	396
2.1. Competência	396
2.2. Finalidade	398
2.3. Forma	399
2.4. Motivo	399
2.4.1. Motivo e motivação	400
2.4.2. Teoria dos motivos determinantes	401
2.5. Objeto	401
2.6. Sistematização de Celso Antônio Bandeira de Mello	402
3. O silêncio administrativo	403
4. Vinculação e discricionariedade	404
5. Atributos ou características do ato administrativo	405
6. Classificação	407
6.1. Quanto aos destinatários: atos gerais e individuais	407
6.2. Quanto ao alcance: atos internos e externos	407
6.3. Quanto ao objeto: atos de império, atos de gestão e atos de expediente	408
6.4. Quanto ao regramento: atos discricionários e atos vinculados	408
6.5. Quanto à formação da vontade: atos simples, complexos e compostos	408

6.6. Quanto ao conteúdo (ou quanto aos efeitos): ato constitutivo, extintivo, declaratório, alienativo, modificativo e abdicativo.....	409
6.7. Quanto à eficácia: ato válido, nulo, anulável e inexistente	409
6.8. Quanto à exequibilidade: ato perfeito, imperfeito, pendente e consumado	410
6.9. Perfeição, validade e eficácia	410
7. Espécies de atos administrativos.....	412
7.1. Atos normativos	412
7.2. Atos ordinatórios	413
7.3. Atos negociais.....	413
7.4. Atos enunciativos	415
7.5. Atos punitivos.....	415
8. Extinção do ato administrativo.....	416
8.1. Revogação	417
8.2. Anulação	418
9. Convalidação.....	420
10. Questões	422
10.1. Questões objetivas comentadas.....	422
10.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	427
10.3. Questões dissertativas/estudos de caso	429
11. Jurisprudência aplicável ao capítulo.....	433

CAPÍTULO VIII

PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL – LEI Nº 9.784/99	435
1. Introdução	435
2. Princípios do processo administrativo	437
3. Direitos e deveres dos administrados	439
4. Legitimados para o processo	440
5. Competência	440
6. Impedimento e suspeição	442
7. Forma, tempo e lugar dos atos do processo.....	442
7.1. Forma	442
7.2. Tempo	443
7.3. Local.....	443
7.4. Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital): processo administrativo eletrônico.....	444
8. Comunicação dos atos do processo	444
9. Fases do processo.....	445
9.1. Início.....	445
9.2. Instrução	446
9.3. Decisão	448
9.3.1 Decisão coordenada.....	448
9.4. Desistência.....	449
9.5. Recurso	450
9.6. Revisão	452
10. Questões	452
10.1. Questões objetivas comentadas.....	452
10.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	459
11. Jurisprudência aplicável ao capítulo.....	462

CAPÍTULO IX

LICITAÇÃO	463
1. Introdução	463
2. Conceito e finalidades.....	464
3. Perfil constitucional.....	466
3.1. Competência legislativa.....	466
3.2. Exigência constitucional da realização de licitação	467
3.3. Outras disposições constitucionais.....	469
4. Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitação): vigência e abrangência	470
4.1. Vigência.....	470
4.2. Abrangência.....	471
4.2.1. Aplicação da Lei nº 14.133/2021 quanto às pessoas sujeitas ao dever de licitar....	472
4.2.2. Aplicação da Lei nº 14.133/2021 quanto ao objeto licitado.....	473
5. Princípios da licitação.....	474
5.1. Princípio da competitividade	475
5.2. Princípio da vinculação ao edital.....	476
5.3. Princípio da publicidade dos atos da licitação	476
5.4. Princípio da igualdade entre os licitantes.....	477
5.4.1. Margem de preferência e licitação restrita	478
5.4.2. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	479
5.5. Princípio do julgamento objetivo	481
5.6. Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	481
5.7. Princípio do planejamento	482
5.8. Princípio da segregação de funções.....	482
5.9. Princípio da motivação.....	483
5.10. Princípio da segurança jurídica	483
5.11. Princípio da economicidade	483
5.12. Disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB).....	484
6. Contratação direta.....	485
6.1. Processo de contratação direta	485
6.2. Inexigibilidade	486
6.3. Dispensa	488
6.3.1. Licitação dispensável.....	489
6.3.1.1. Em razão do pequeno valor	489
6.3.1.2. Em razão do objeto	490
6.3.1.3. Em razão da pessoa	492
6.3.1.4. Em razão de situações excepcionais	493
6.3.1.5. Alienação de bens e licitação dispensada	495
7. Objeto da licitação	498
7.1. Compras.....	499
7.2. Obras e serviços de engenharia	502
7.2.1. Modelagem da Informação da Construção ou “Building Information Modelling - BIM”	503
7.2.2. Regimes de execução indireta.....	504
7.3. Serviços em Geral	506
7.4. Locação de Imóveis	507
8. Modalidades de licitação.....	507

8.1. Concorrência	508
8.2. Pregão	510
8.3. Diálogo competitivo	511
8.4. Concurso	515
8.5. Leilão	516
8.6. Modalidade x objeto	518
9. Processo licitatório	519
9.1. Agentes públicos na Lei nº 14.133/2021	519
9.1.1. Autoridade máxima	519
9.1.2. Agente de contratação	519
9.1.3. Comissão de contratação	520
9.1.4. Vedações legais aplicáveis aos agentes públicos (art. 9º)	520
9.1.5. Defesa do agente público por órgão de advocacia pública (art. 10).....	521
9.2. Licitante	521
9.2.1. Vedações.....	522
9.2.2. Consórcio de empresas	523
9.2.3. Cooperativas	523
9.3. Parâmetros a serem observados no processo licitatório	524
9.4. Fases do processo licitatório.....	525
9.5. Fase preparatória.....	526
9.5.1. Portal nacional de contratações públicas (PNCP).....	527
9.5.2. Centrais de compras.....	529
9.5.3. Bens de qualidade comum e bens de luxo (art. 20).....	529
9.5.4. Audiência pública e consulta pública (art. 21).....	529
9.5.5. Matriz de alocação de riscos (art. 22).....	530
9.5.6. Orçamento estimado (artigos 23 e 24).....	531
9.5.7. Edital (art. 25).....	533
9.6. Fase externa.....	535
9.6.1. Divulgação do edital de licitação	536
9.6.2. Apresentação de propostas e lances	536
9.6.2.1. Modo de disputa.....	537
9.6.3. Julgamento	538
9.6.3.1. Critérios de julgamento	541
9.6.3.1.1. Menor preço	541
9.6.3.1.2. Maior desconto	541
9.6.3.1.3. Melhor técnica ou conteúdo artístico	542
9.6.3.1.4. Técnica e preço.....	543
9.6.3.1.5. Maior lance	544
9.6.3.1.6. Maior retorno econômico	544
9.6.4. Habilitação	545
9.6.4.1. Habilitação jurídica	547
9.6.4.2. Habilitação técnica	548
9.6.4.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista	549
9.6.4.4. Habilitação econômico-financeira	550
9.7. Impugnações, pedido de esclarecimentos e recursos.....	550
9.7.1. Impugnações e pedido de esclarecimentos ao edital.....	551
9.7.2. Fase recursal.....	551

9.7.2.1. Recurso	551
9.7.2.2. Pedido de reconsideração	553
9.8. Encerramento da licitação	555
10. Procedimentos auxiliares	556
10.1. Credenciamento	556
10.2. Pré-qualificação	558
10.3. Procedimento de manifestação de interesse	559
10.4. Sistema de registro de preços.....	559
10.5. Registro cadastral	563
11. Licitações internacionais	564
12. Licitações das empresas estatais na Lei nº 13.303/16.....	565
12.1. Introdução	565
12.2. Disposições gerais.....	565
12.3. Da dispensa e da inexigibilidade no Estatuto das Estatais (Lei nº 13.303/16)	568
12.4. Procedimento	572
13. Questões	576
13.1. Questões objetivas comentadas.....	576
13.2. Questões objetivas para responder	581

CAPÍTULO X

CONTRATO ADMINISTRATIVO	587
1. Introdução	587
1.1. Contratos da Administração	588
1.2. Conceito	589
2. Características	589
3. Formalização do contrato	591
3.1. Cláusulas necessárias	594
3.2. Contrato verbal	596
3.3. Meios de formalização do contrato administrativo	597
3.4. Divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas: condição de eficácia.....	597
4. Garantias.....	598
4.1. Seguro-garantia	599
5. Alocação de riscos	600
6. Prerrogativas da Administração	601
6.1. Alteração unilateral do contrato administrativo.....	602
6.2. Rescisão unilateral do contrato administrativo.....	603
6.3. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.....	603
6.4. Restrições ao uso da cláusula de exceção do contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus).....	605
6.5. Controle e fiscalização do contrato administrativo.....	606
6.6. Retomada do objeto	607
6.7. Aplicação de sanções	607
6.7.1. Advertência.....	609
6.7.2. Multa.....	609
6.7.3. Impedimento de licitar ou contratar	609
6.7.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.....	610
6.7.5. Processo de Responsabilização	612

6.7.6. Prescrição	613
6.7.7. Reabilitação	613
7. Duração do contrato administrativo	614
8. Execução do contrato	618
8.1. Responsabilidade	620
8.2. Subcontratação	622
9. Alteração do contrato	623
9.1. Alteração consensual do contrato	624
10. Extinção do contrato	625
10.1. Teoria da imprevisão	628
10.1.1. Força maior e caso fortuito	628
10.1.2. Fato do príncipe	628
10.1.3. Fato da Administração	629
10.1.4. Interferências imprevistas	629
11. Recebimento do objeto	630
12. Pagamentos	631
13. Nulidade dos contratos	632
14. Meios alternativos de resolução de controvérsias	633
14.1. Conciliação	633
14.2. Mediação	634
14.3. Dispute board (Comitê de resolução de disputas)	635
14.4. Arbitragem	636
15. Espécies contratuais	638
15.1. Contrato de obra pública	638
15.2. Contrato de serviço	639
15.3. Contrato de fornecimento	640
15.4. Contrato de concessão	640
16. Controle das contratações	641
17. Questões	644
17.1. Questões objetivas comentadas	644
17.2. Questões objetivas para resolver	646

CAPÍTULO XI

SERVIÇOS PÚBLICOS	651
1. Introdução e conceito	651
2. Classificação	653
3. Regime jurídico	655
3.1. Princípios	655
3.2. Lei nº 13.460/2017: Código de Defesa dos Usuários do Serviço Público	657
3.3. Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital): serviços públicos digitais	661
4. Competência para prestação do serviço público	663
5. Formas de prestação do serviço público	665
5.1. Concessão de serviço público	667
5.1.1. Conceito de concessão	667
5.1.2. Direitos e obrigações dos usuários	668
5.1.3. Licitação	668
5.1.4. Contrato de concessão	669

5.1.4.1. Terceirização, subconcessão, transferência da concessão, transferência do controle societário e administração temporária da concessionária	670
5.1.5. Responsabilidade e encargos da concessionária e do poder concedente.....	672
5.1.6. Intervenção.....	674
5.1.7. Extinção da concessão.....	674
5.1.7.1. Reversão.....	676
5.1.8. Parceria Público-Privada (PPP).....	677
6. Permissão de serviço público.....	679
7. Autorização de serviço público	680
8. Questões.....	680
8.1. Questões objetivas comentadas.....	680
8.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	687
9. Jurisprudência aplicável ao capítulo.....	690
CAPÍTULO XII	
BENS PÚBLICOS.....	691
1. Conceito	691
2. Classificação	692
3. Regime jurídico	695
3.1. Inalienabilidade	695
3.1.1. Afetação e desafetação	696
3.2. Impenhorabilidade	697
3.3. Imprescritibilidade.....	698
3.4. Não onerabilidade.....	699
4. Uso de bem público por particular.....	699
4.1. Instrumentos de formalização de uso privativo de bem público.....	700
5. Questões.....	701
5.1. Questões objetivas comentadas.....	701
5.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	703
6. Jurisprudência aplicável ao capítulo.....	705
CAPÍTULO XIII	
INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	707
1. Introdução	707
2. Propriedade e função social da propriedade	707
3. Modalidades	711
3.1. Limitações administrativas.....	712
3.2. Servidão administrativa	712
3.3. Requisição administrativa	714
3.4. Ocupação temporária ou provisória.....	715
3.5. Tombamento	716
3.6. Desapropriação	720
3.6.1. Conceito e natureza jurídica.....	720
3.6.2. Competência.....	721
3.6.3. Pressupostos.....	721
3.6.3.1. Indenização.....	724

3.6.4. Objeto	729
3.6.5. Procedimento	729
3.6.5.1. Fase declaratória	729
3.6.5.2. Fase executória.....	731
3.6.6. Desapropriação indireta	732
3.6.7. Tredestinação e retrocessão	733
3.6.8. Direito de extensão e desapropriação por zona.....	733
4. Questões	734
4.1. Questões objetivas comentadas.....	734
4.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	737
4.3. Questão dissertativa/estudo de caso	738
5. Jurisprudência aplicável ao capítulo	739
 CAPÍTULO XIV	
RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	743
1. Introdução e conceito	743
2. Teorias	744
3. Responsabilidade extracontratual do estado brasileiro	746
3.1. Responsabilidade por ação	747
3.1.1. Excludentes da responsabilidade objetiva	749
3.2. Responsabilidade por omissão	751
3.3. Responsabilidade por atos legislativos	755
3.4. Responsabilidade por atos judiciais.....	756
3.5. Responsabilidade por danos decorrentes de obra pública.....	756
3.6. Reparação do dano e direito de regresso	757
4. Questões	760
4.1. Questões objetivas comentadas.....	760
4.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	764
5. Jurisprudência aplicável ao capítulo	766
 CAPÍTULO XV	
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	771
1. Conceito	771
2. Tipos de controle	771
3. Controle administrativo.....	774
3.1. Recursos administrativos	775
4. Controle legislativo	775
4.1. Controle político.....	776
4.2. Controle financeiro	779
5. Controle judicial	783
5.1. Meios de controle.....	785
5.1.1. Habeas corpus.....	785
5.1.2. Habeas data	786
5.1.3. Mandado de segurança	787
5.1.4. Mandado de injunção	789
5.1.5. Ação popular	791
5.1.6. Ação civil pública	792

5.1.6.1. Inquérito civil	794
5.1.6.2. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	795
6. Questões	795
6.1. Questões objetivas comentadas.....	795
6.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	799
7. Jurisprudência aplicável ao capítulo.....	801
CAPÍTULO XVI	
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	805
1. Introdução e conceito	805
2. Lei nº 8.429/92 (Lei de improbidade administrativa).....	807
2.1. Disposições gerais	807
2.1.1. Ato de improbidade	808
2.2. Sujeito passivo	809
2.3. Sujeito ativo.....	810
2.4. Modalidades de Atos de improbidade.....	812
2.4.1. Atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito	812
2.4.2. Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário	814
2.4.3. Atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública	816
2.5. Sanções.....	818
2.6. Declaração de bens.....	823
2.7. Procedimento administrativo	823
2.8. Ação judicial	824
2.8.1. Medidas cautelares	824
2.8.1.1. Afastamento do agente público.....	824
2.8.1.2. Indisponibilidade dos bens.....	825
2.8.2. Procedimento	826
2.8.3. Acordo de não persecução civil	829
2.8.4. Prescrição.....	831
3. Questões	833
3.1. Questões objetivas comentadas.....	833
3.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	838
4. Jurisprudência aplicável ao capítulo.....	841
REFERÊNCIAS	843